

Desde abril de 1976 que o Instituto da Defesa Nacional (IDN) publica, periodicamente, a revista Nação e Defesa. Com regularidade trimestral ou quadrimestral, ao longo das últimas quatro décadas esta publicação tem procurado debater os temas que, a cada momento, marcam não só a atualidade internacional, como a agenda de segurança e defesa, ao nível interno e externo. Poucas são as publicações que têm conseguido sobreviver às transformações e dinâmicas editoriais, mantendo a regularidade e rigor impostos pelos critérios de publicação científica. A revista Nação e Defesa perdura e mantém-se como uma publicação de referência no panorama nacional, na promoção do debate, divulgação e sensibilização para as questões geopolíticas, de segurança e defesa e da estratégia nacional.

Este feito só tem sido possível graças à participação dedicada e generosa dos colaboradores do Instituto da Defesa Nacional, reputados especialistas nacionais e internacionais, que assim partilham o seu conhecimento e múltiplas experiências e que constituem uma indispensável mais-valia para a consecução dos objetivos do IDN.

A revista Nação e Defesa cumpre, em novembro de 2018, a publicação do número 150. Ao longo deste percurso, foram múltiplos os contributos que proporcionou à sociedade portuguesa, contando com o envolvimento dos mais dinâmicos sectores da comunidade do pensamento, de diferentes quadrantes ideológicos e representativos de várias correntes do Portugal contemporâneo. No quadro da missão atribuída ao Instituto da Defesa Nacional, a Nação e Defesa tem dado, indiscutivelmente, um contributo para a promoção de uma cultura estratégica de segurança e defesa em Portugal.

À semelhança dos números anteriores, a Nação e Defesa dedica a presente edição a um tema central do debate internacional: a Defesa Europeia. A atual conjuntura política externa tem sido caracterizada pela identificação de um conjunto de crises, internas e na periferia próxima da comunidade transatlântica. Desde o complexo processo negocial entre a União Europeia (UE) e o Reino Unido, comumente designado *Brexit*, à posição da atual administração norte-americana em relação à UE e NATO, passando pelos vários conflitos que rodeiam o espaço europeu – da Ucrânia à Síria, da Líbia ao Iémen –, a conjuntura regional e internacional apresenta uma multiplicidade de desafios e riscos. Em 2013, ainda a braços com a resposta à crise económica e financeira, a UE relançou o debate sobre as prioridades e opções a adotar em matéria de defesa. Como resultado, surgiram várias iniciativas de reforço da cooperação, fundadas nos princípios orientadores definidos pela Estratégia Global da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, entre as quais se destaca a criação do Fundo Europeu para a Defesa e do mecanismo de Cooperação Estruturada Permanente (PESCO). Em 2018, em consonância com a linha de orientação acordada, o Conselho Europeu aprovou o lançamento dos primeiros projetos conjuntos, consensualizados entre os Estados Membros participantes na PESCO.

Estas iniciativas contribuem para consolidar a cooperação no domínio da defesa, no quadro da UE, de duas formas. Por um lado, porque estas iniciativas assentam na definição de objetivos estratégicos e de um roteiro de implementação comum, para a UE e Estados Membros participantes, conducentes a uma melhor articulação entre a segurança interna e internacional e potenciando uma maior integração da defesa europeia. Por outro lado, a criação do Fundo Europeu para a Defesa, visando o apoio à investigação e desenvolvimento das capacidades europeias, representa uma evolução no plano dos compromissos e do investimento. No plano dos compromissos por incentivar os Estados Membros a adotar acordos no domínio da defesa, que são política e juridicamente vinculativos. No plano dos investimentos por promover, com base na harmonização de objetivos estratégicos, as áreas da investigação e desenvolvimento em matéria de defesa, vitais para o fomento do tecido empresarial e industrial europeu.

Tendo por base estes desenvolvimentos, o presente número da revista *Nação e Defesa* reúne, no seu *dossier* temático dedicado à Defesa Europeia, contributos de sete autores nacionais e internacionais. Damien Helly analisa as dimensões culturais das políticas de segurança europeias, com o propósito de averiguar se a Europa se move no sentido de uma cultura de defesa europeia e qual o papel do fator cultural na sua consolidação. Simon Duke examina o processo de institucionalização da defesa europeia e a forma como as novas iniciativas de cooperação neste domínio vieram ativar disposições consagradas no Tratado de Lisboa, que visam promover e gerar o incentivo financeiro conducente a uma maior afirmação da PESC e da PCSD. Dick Zandee interpreta o desenvolvimento de modalidades de cooperação na área da defesa no plano operacional, da manutenção, da logística e da aquisição de equipamentos de sob a forma de *clusters*, concluindo que estes refletem a intenção de se desenvolver uma melhor e maior partilha cooperativa no quadro das responsabilidades da defesa transatlântica e europeia. Isabel Ferreira Nunes analisa as atuais iniciativas e requisitos da cooperação no quadro da defesa europeia e reflete sobre as suas consequências sobre as prioridades estratégicas da União, bem como sobre os incentivos financeiros e processuais que poderão vir a ter um efeito agregador sobre a defesa europeia. Daniel Fiott debate os esforços recentemente desenvolvidos de apoio à Base Industrial e Tecnológica da Defesa Europeia e reflete sobre os desafios que a UE e o mercado de defesa europeu enfrentam. Sven Biscop considera que uma divisão eficaz do trabalho estratégico pode ser equacionada em torno de três funções centrais nos domínios da segurança e defesa – o da estratégia, das operações e das capacidades – deixando antever a possibilidade de desenvolvimento de uma modalidade cooperativa futura, que alie a UE aos EUA. Finalmente, Patrícia Daehnhardt avalia a posição da Alemanha face aos desenvolvimentos da defesa europeia e os impedimentos a um maior empenhamento de Berlim, debate os progressos alcançados pela UE, Alemanha e França no âmbito do aprofunda-

mento da integração da defesa europeia e a forma como a falta de uma cultura de defesa pode afetar a cooperação naquele domínio.

Na secção extradossier, Vasco Rato analisa o surgimento de Vladimir Putin como opositor do Ocidente, procurando demonstrar que a competição geopolítica com a Rússia constitui um elemento estrutural da política internacional contemporânea. Romulo Dantas foca o seu contributo na compreensão da UNASUL, criada por doze países sul-americanos, analisando recentes esforços de integração regional, através de temas de cooperação socioeconómica, de segurança e defesa multilaterais. Jitendra Nath Misra oferece-nos uma recensão literária de três obras, com estilos literários distintos entre si, que se debruçam sobre o processo de Partição entre a Índia e o Paquistão. Partindo do início do século XX até praticamente aos nossos dias, os autores dos três livros navegam pelos processos político-sociais complexos da Partição e suas multifacetadas consequências, não elogiando nem demonizando os vários protagonistas, procurando antes, identificar possíveis pontes para um desejável diálogo.

O número 150 da revista Nação e Defesa consubstancia, assim, mais um contributo para promoção da reflexão sobre temas estruturantes para a compreensão de questões de segurança e defesa internacional. Ao colocar à disposição dos leitores uma pluralidade de perspectivas, que visam promover um debate qualificado e informado, a revista Nação e Defesa corporiza a matriz fundadora do IDN: servir como uma plataforma de encontro com a sociedade portuguesa para a promoção de uma ‘cultura estratégica’ e uma ‘consciência nacional’ de segurança e defesa.

Vítor Rodrigues Viana